

---

**DISCURSO DE POSSE DO CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO, NO CARGO DE PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DE RONDÔNIA (SEGUNDO MANDATO), PARA O BIÊNIO 2012/2013 (14/12/2011).**

Excelentíssimo Senhor...

.....

Senhoras, senhores:

Inicialmente quero expressar minha profunda gratidão a todos os senhores – às autoridades, aos meus amigos, à minha família e aos servidores desta Corte de Contas, que dão um significado especial a esta solenidade.

Assumi este desafio com o melhor dos propósitos, como quem vai à luta armado de nobres

---

objetivos, com a certeza de que, com apoio dos meus pares, haveremos de encontrar as melhores soluções para os temas que nos desafiam, entre eles o de conjugar a necessidade de expansão das atividades deste Tribunal de Contas com um capital humano em curva descendente.

Para esta honrosa missão com que fui distinguido pelos meus pares, que mais uma vez me elegeram presidente desta Corte, terei como vice, o jovem Conselheiro Paulo Curi Neto, e como Corregedor, o Conselheiro Edílson de Sousa Silva.

Não tenho dúvida, Senhoras e Senhores, que vou poder contar, também, com a experiência e orientação segura dos demais conselheiros, dos nossos auditores, e com o indispensável discernimento dos membros do Ministério Público de Contas. Não posso deixar de citar, neste momento, o nosso experiente Corpo Técnico e os demais servidores desta Corte, que certamente estão empenhados neste propósito de prestação dos melhores serviços ao Estado e à sua população.

---

Posso dizer aos senhores que sentimo-nos renovados do entusiasmo essencial, capaz de alavancar a força e os meios necessários para a promoção do poder institucional em defesa dos interesses e aspirações da sociedade.

Hoje, como no passado, nos defrontamos com situações muito complexas no âmbito do Serviço Público. Somos testemunhas dos piores atos de desrespeito às instituições e ao patrimônio público, marcado pela corrupção, essa doença que se infiltra nos lugares mais impróprios e se ramifica em áreas, às vezes, de difícil acesso, ou improváveis.

Peço desculpas aos senhores pela incursão em tema tão desalentador, mas não posso me furtar de, pelo menos, dizer da minha indignação, visto que, aqui, nesta Corte de Contas, todos trabalhamos muito para conter o mal da corrupção, e para isso usamos todos os recursos disponíveis, começando pela orientação, passando pelo alerta e pelas cautelares, até chegar à punição exemplar.

---

Neste ponto é impossível não citar os últimos acontecimentos em nosso Estado, mais especificamente no dia 18 último, com o desencadeamento da Operação Termópilas da Polícia Federal, trabalho que só foi possível com a decisiva intervenção do Ministério Público Estadual e do Poder Judiciário. Este fato, Senhoras e Senhores, demonstra que estamos alertas para a necessidade de atuarmos conjuntamente no combate aos crimes relacionados aos desvios de recursos públicos.

O fato de Rondônia ter aparecido muito no cenário nacional, envolvida em escândalos de desvio de recursos públicos, pode passar a idéia de que em nosso Estado esta é uma prática corriqueira, mais comum que em outros Estados. Mas não é.

Dessa forma, compartilho do sentimento do nosso Ilustre Procurador-Geral de Justiça, Doutor Heverton Aguiar. Para ele, o volume de notícias sobre esta conduta em nosso Estado, decorre do importante papel de nossas instituições de controle, que se mantêm vigilantes, reprimindo com rigor esta prática nociva à sociedade.

---

O Tribunal de Contas, Senhoras e Senhores, não recuará em nada em sua missão constitucional. Pelo contrário, nosso projeto, que se baseia num Planejamento Estratégico de alcance, prevê a ampliação das ações desta Corte, com metodologia renovada, para orientar, apurar e punir, se for o caso, àqueles que derem causa a desmandos e ilegalidades com dinheiro público, naturalmente obedecido o devido processo legal.

Esta nova composição que vai administrar o Tribunal de Contas de Rondônia no biênio 2012/2013, tem exatamente este compromisso.

É meta desta gestão que se inicia, Senhoras e Senhores, o trabalho preventivo junto aos jurisdicionados, de forma que possamos antecipar e evitar a ocorrência de ilegalidades ou impropriedades.

Daí a necessidade, entre outras providências, da implementação de medidas que privilegiem o planejamento das ações governamentais. E que este planejamento possa dar, efetivamente, verdadeira direção aos atos de Governo. Qualquer trabalho realizado com planejamento reduz a

---

incerteza envolvida no processo decisório e, sem dúvida, aumenta a probabilidade de se alcançar objetivos de qualidade.

Nesse contexto, entendo que não basta apenas avaliar a aplicação dos recursos públicos pela ótica da legalidade. A este elemento, que é premissa essencial, foram acrescentados parâmetros de eficácia, eficiência e efetividade, que passaram a ser igualmente essenciais.

Pessoalmente, sempre defendi a necessidade de perseguir os resultados dos investimentos públicos. É essencial, portanto, aferir o emprego legal dos recursos, assim como é fundamental confirmar se ele gerou o resultado a que se propunha originalmente.

Neste ponto, claro que não poderia deixar de citar o avanço que tivemos com o advento da Lei 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Este instrumento legal certamente tem importância crucial na Administração Pública, e é, com certeza, o marco mais representativo desses avanços.

---

Criada há pouco mais de 11 anos, como um pilar da estabilização econômica, a LRF nunca deixou de contrariar interesses. Todo aquele que almeja continuar vivendo da generosidade dos Cofres Públicos, sonha em poder alterar esta lei. Por este motivo devemos ficar atentos para que este importante instrumento legal se fortaleça cada vez mais, não permitindo modificações atenuantes.

De um lado, ela modernizou, corrigiu distorções e exigiu muito mais dos gestores no trato com a coisa pública. E de outro, criou novos meios e introduziu novos parâmetros de fiscalização. E Isso, Senhoras e Senhores, também, exigiu muito mais dos tribunais, ao mesmo tempo em que limitou nossa capacidade operacional, marcada pelo limite de gasto com pessoal. No nosso caso, o trabalho aumentou praticamente na mesma proporção em que nossa força de trabalho diminuiu.

Essa situação se explica, Senhoras e Senhores, com a simples análise da explosão populacional que o Estado

---

experimentou, principalmente nesses três últimos anos, que demandou do Poder Público bens e serviços. Para dar um contorno, que eu diria, controvertido, a esse quadro, o concurso público realizado por esta Corte em 2007, não supriu completamente sua necessidade de pessoal. E, como se não bastasse, muitos dos que assumiram foram, em seguida, aprovados em outros concursos, mais vantajosos, com propostas de remuneração melhores, e por isso se desligaram do Tribunal.

Este será um dos grandes desafios desta gestão. Precisamos trabalhar para tornar a remuneração dos servidores da casa compatível com o nível de sua exigência profissional, observando o mercado à nossa volta. A idéia é estimular e manter a nossa atual força de trabalho e, ao mesmo tempo, tornar atrativa a oportunidade que pretendemos abrir com um novo concurso público para provimentos de diversos cargos nesta Corte de Contas.

Da mesma forma, com bases reais, vamos implementar uma moderna política de gestão de pessoas, que privilegie o servidor, possibilitando meios adequados

---

ao desempenho de suas atividades, valorizando, assim, seu papel como agente público e como cidadão.

Por essa proposta, ao ser nomeado secretário de qualquer setor do Tribunal, o titular terá autonomia para formar sua equipe, baseada no mérito técnico, de modo que ele possa, da mesma forma, dispor da prerrogativa de liberdade para cobrar resultados do trabalho dessa equipe.

E tudo isso só será possível, Senhoras e Senhores, porque temos o privilégio de ter um corpo técnico e administrativo, graças a Deus, de muito conhecimento, interessado em aprender mais, e inteiramente comprometido com a instituição.

Por isso, é parte de nossa proposta, a implantação de um projeto de capacitação continuada para nossos servidores, projeto este que será estendido aos nossos jurisdicionados e parceiros, através do nosso Instituto de Estudos e Pesquisa, o IEP.

Mas queremos avançar ainda mais, e nossa perspectiva de resultado é moderna e de alcance.

---

Queremos que o cidadão, onde quer que ele esteja, seja estimulado a fazer parte deste órgão fiscalizador. Os meios para isso são muitos, mas queremos, especialmente, que o cidadão utilize nossa Ouvidoria como seu instrumento de participação e controle. No momento este é o principal canal de comunicação entre este Tribunal e o cidadão, mas vamos ampliar em muito esta relação, com a implementação do nosso Planejamento Estratégico 2011 – 2015.

Ele será a direção desta gestão em todos os seus atos, certo de que com planejamento direcionado, não será difícil chegar a resultados mais eficientes e efetivos. Desta forma está em suas linhas o projeto de fomentar a transparência nos atos dos jurisdicionados, estimulando o controle social, distribuindo responsabilidade para todos.

Assim é que pretendemos conjugar bem eficiência e efetividade nos processos de fiscalização, ao mesmo tempo em que convocamos a sociedade para que ela atue como parceira do Tribunal nesta missão de controle.

---

No âmbito interno, temos pensamentos igualmente modernos. Nosso Planejamento Estratégico estabelece como meta, a) a redução do tempo de apreciação e julgamento de processos, b) a padronização de procedimentos, c) a promoção de atividades fiscalizatórias, atuando preventiva e pedagogicamente, coisa que este Tribunal já vem fazendo há muito tempo, d) o aperfeiçoamento da estrutura normativa de suporte ao controle, que exige adaptações e ampliação de entendimentos, e) a modernização dos canais de interação com a sociedade, que vai possibilitar uma aproximação maior e melhor desta Corte com ela, e f) a ampliação da divulgação da comunicação interna, fator essencial ao processo de padronização de nossos procedimentos.

Não poderia deixar de falar do nosso sistema de informática. Nosso projeto prevê investimentos na modernização e fortalecimento da estrutura de TI. Não é possível admitir a estagnação ou o retrocesso. Se desejamos avançar, temos que impulsionar essa atividade, de modo que possamos manter e melhorar os programas que já dispomos, como o LRFNet, o SIGAP, etc, sem esquecer da necessidade de inovação, que vai nos permitir

---

adaptar e avançar nas atividades de análise, pesquisa, prestação de serviços e nas decisões esta Corte.

Na verdade, o complexo universo das atividades e procedimentos deste Tribunal de Contas, hoje, não tem como ser gerido sem um avançado sistema de informatização, que exige renovação contínua dos recursos de TI.

Por fim, no âmbito desta nova filosofia de gestão, informo aos senhores que vamos estimular e melhorar nosso sistema de Comunicação Social, de forma que, interna e externamente, a comunidade possa ter um canal para se expressar e interagir, formando o controle, e o Tribunal um sistema mais moderno para divulgar suas ações como fiscal do emprego dos recursos públicos.

Este Tribunal de Contas, Senhoras e Senhores, quer ser reconhecido por sua atuação fiscalizadora, preventiva, orientadora e a tempo, no cumprimento de sua missão, dando especial importância a avaliação dos resultados da gestão pública dos municípios e do Estado de Rondônia, sempre ressaltando o envolvimento da sociedade.

---

É preciso, pois, evitar o levante das ilegalidades e que elas se proliferem, por isso não podemos admitir omissões. Neste sentido é que vamos trabalhar, unindo forças para reforçar o controle social.

E assim, esta administração vai procurar estreitar, ainda mais, suas relações com o Ministério Público Estadual e com os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, estabelecendo as parcerias que forem possíveis, para o atendimento dos interesses da sociedade.

Minhas Senhoras e meus Senhores. Assim como comecei essas palavras, desejo finalizá-las fazendo um agradecimento a todos. Em especial quero agradecer à minha família, à memória de meu pai Euler, um grande homem, e à minha mãe Carmen. Agradeço à minha querida esposa Maria Hélia, aos meus filhos Eduardo e Renata, e à minha querida netinha Bárbara, que me são muito caros.

Agradeço também aos senhores Conselheiros, aos Auditores e Procuradores, aos Conselheiros aposentados, e em especial, à memória dos Conselheiros Hélio Máximo

---

Pereira e Jônathas Hugo Parra Motta, meus contemporâneos nesta Corte, que me deixaram grandes lições. Agradeço ainda, ao pessoal do meu gabinete, e a todos os servidores desta casa.

Agradeço principalmente a Deus, por tudo, por este novo desafio em minha vida, e espero contar sempre com Sua proteção e sabedoria para executar bem esta missão, em benefício de todos.

Por último quero deixar para a reflexão dos senhores esta frase do pensador inglês Edmund Burke: *“Para que o mal triunfe, basta que os bons não façam nada”*

Muito Obrigado.